SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

Apresentação de Relatório e Contas 2023



Exposição do Conselheiro António Cândido por ocasião do centenário da sua morte. CIMMA – 22-04-2023





1.1. Missão

A Missão da Santa Casa da Misericórdia de Amarante (SCMA) é a prestação de cuidados individualizados e personalizados em meio institucional e domiciliário a indivíduos e famílias que, por motivo de doença, idade, deficiência ou outro, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas atividades de vida diária básicas e/ou atividades de vida diária instrumentais e/ou atividades de lazer. Pretende ainda responder às expectativas dos Utentes, familiares, colaboradores, voluntários e comunidade em geral.

1.2. Visão

Promover a resposta social de forma sustentada, integrado numa rede de parceiros sociais, dando resposta às necessidades sentidas pela comunidade envolvente. Ser um modelo de referência enquanto instituição. Aproximar pessoas através da consolidação de afetos, do desenvolvimento humano e da valorização do indivíduo e da Qualidade dos serviços prestados.

1.3. Valores

Solidariedade: Desenvolver uma postura solidária em todas as ações relacionadas com o Utente.

Humanização: Praticar a humanização nos serviços prestados a cada Utente. Autonomia: Desenvolver ações que promovam a autonomia do indivíduo.

Respeito: Garantir e respeitar a independência, autonomia, individualidade e privacidade do Utente, assegurando os direitos de cada um.

Igualdade: Promover a igualdade de tratamento, independentemente de questões como género, religião, raça, entre outros.

Ética: Atuar de acordo com os princípios definidos no Código de Ética e Conduta, respeitando o sigilo no tratamento de informação pessoal do Utente.

1.4. Corpos Gerentes Quadriénio 2023-2026

ASSEMBLEIA GERAL	MESA ADMINISTRATIVA
Albano Quintino Granja Tamegão (Presidente)	José Augusto da Silva Silveira (Provedor)
Isabel Cristina Alves Costa (Secretária)	Manuel Dias Teixeira (Vice-Provedor)
Clara Joaquina C.S. Montenegro (Secretária)	Norberto Ribeiro da Costa (Tesoureiro)
Rui Luís Melo Canossa Moreira (Suplente)	Rui Pedro Barreira Morais (Secretário)
José Francisco Rodrigues (Suplente)	Octávia Manuel Rocha Morais Clemente (Vogal)
Maria Teresa Pinto S. Teixeira (Suplente)	Armando Moura Maia (Vogal)
CONSELHO FISCAL	Mário Pinheiro Pinto Costa (Vogal)
Luís Rua Van Zeller Macedo (Presidente)	António José Moura Ferreira (Suplente)
Paula Rute Pinheiro Augusto (Vogal)	Rute Cláudia Carneiro Teixeira Pinto da Silva (Suplente
José Pereira Montenegro Soares (Vogal)	Olívia Glória Monteiro Pinto (Suplente)
José Maria Moreira Duarte (Suplente)	
Albino Pinto Costa (Suplente)	
Lino Manuel Santos Macedo (Suplente)	



Relatório de Atividades do Exercício de 2023

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2023

23 de março de 2024

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Amarante apresenta, em cumprimento do Compromisso o relatório de atividades e contas referentes ao ano de 2023.

Terminado o ano de 2022 mantinha-se a expectativa de uma evolução favorável do Covid19 que culminou no mês de maio com a declaração do fim da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Lentamente foi sendo reposta a normalidade dos hábitos, mas sempre com o cumprimento das normas exigidas.

A par, mantiveram-se as consequências dos efeitos provocados pelas guerras na Ucrânia e Israel, nomeadamente com a subida da inflação.

A atualização do Salário mínimo nacional exigiria um olhar atento para a nova tabela salarial. A Mesa Administrativa, perante a ausência de uma tabela acordada com os Sindicatos, elaborou a sua própria tabela, contemplando não só o aumento estabelecido pelo governo, como o aumento a todos os colaboradores, nomeadamente dos técnicos da Instituição, com salários prejudicados durante anos, pela aproximação dos valores nos diferentes níveis salariais.

Tal decisão motivou um aumento das despesas de pessoal que superou muito a taxa de inflação, tendo sido apurado um aumento relativamente ao ano anterior de 18%, correspondendo a cerca de 635 mil euros.

Ainda no capítulo de despesas, apontamos uma diminuição da classe de "fornecimentos e serviços externos" que apresenta um valor inferior ao ano anterior de 149.891,41€. As despesas registaram um aumento relativamente ao ano anterior de 10,05%, correspondendo a cerca de 561 mil euros.

No capítulo das Receitas nota-se que os valores recebidos do Instituto de Segurança Social relativos aos acordos de cooperação, antes contabilizados na conta 75 — Subsídios, passaram em 2023 para a conta 72 — Prestações de serviço, em sequência da orientação da Comissão de Normalização Contabilística publicada em 24/11/2023. -

As Receitas tiveram relativamente ao ano anterior um aumento de 7,98% correspondendo a cerca de 512 mil euros.

Em termos operacionais, os serviços sociais e de saúde prestados pela Instituição mantiveram-se sempre no pleno funcionamento com a capacidade máxima dos



estabelecimentos ocupada, todos se apresentando com resultados positivos, à exceção dos serviços de apoio e religioso, que assumimos por vontade e dever próprio.

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados comemorou o seu 10º aniversário. Marcamos o dia com um rastreio no exterior da unidade, em algumas áreas de saúde, com a participação de uma equipa de colaboradores da Instituição. Pretendeu-se reforçar a importância da prevenção nessas áreas com a finalidade de manter um nível de vida mais saudável.

Tal como no ano anterior, o programa do POAPMC (Programa Operacional de Apoio a Pessoas mais carenciadas), agora com a designação de PESSOAS-2030, mantevese durante todo o ano com o apoio mensal sempre superior a 700 beneficiários, abrangendo todo o concelho. Foi igualmente mantida a distribuição de refeições ao abrigo do PEA, (Programa de Emergência Alimentar), estes dois programas com protocolo com o Instituto da Segurança Social.

A Santa Cassa proporcionou nas suas instalações 85 estágios em 9 áreas, na sua maioria na saúde, respondendo assim aos pedidos recebidos de 16 parceiros que confiam na qualidade dos serviços e dos técnicos que acompanham os estagiários.

Não sendo uma resposta com grandes resultados económicos, a qualidade dos serviços de fisioterapia, com preços moderados, está acreditada na comunidade tendo sido efetuados 16.195 tratamentos.

No plano de Investimentos não foram executadas as obras na Estância Nossa Senhora da Piedade por não haver interessados no concurso no âmbito de Contratação pública em face do valor estipulado para a empreitada. Os projetos relativos ao edifício anexo ao auditório e Provedoria estão em curso.

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados — S. Gonçalo está em fase de fecho de obra e aguarda-se a decisão relativa à candidatura ao PRR que a Instituição fez em 29 de novembro de 2023. Procede-se, nesta data à aquisição de equipamento.

Consideramos positivo o resultado alcançado de 781.117,08€. Deste valor ressalta a atividade da Unidade de Cuidados Continuados Integrados que contribuiu para aquele resultado com 47,29 % e da Administração com 35,56%, atingindo, em conjunto, um total de 82,85%.

Diga-se que melhorou o resultado obtido o contributo extraordinário do Governo atribuído no final de dezembro.

Não podemos deixar de referir que apesar de tantas dificuldades o foco principal da Instituição e dos seus colaboradores se manteve, como sempre, em melhorar cada vez mais o serviço que prestamos, dando uma vida digna às pessoas que apoiamos.

Continuamos a aposta no cumprimento dos parâmetros da Certificação de Qualidade Equass, e é com satisfação que verificamos que 83% dos nossos dos utentes e 91% dos familiares consideraram bom o serviço que prestamos. Realçamos em especial a avaliação dos utentes e familiares nos parâmetros "Equipamentos" e "Colaboradores" onde a avaliação teve melhor expressão. Demonstra que a aposta da



Mesa Administrativa em investir na melhoria das condições de prestação de serviços e nas capacidades dos colaboradores está a produzir os efeitos desejados na qualidade de vida dos utentes e no continuum de serviços. Durante o ano foram ministradas 3958 horas de formação que abrangeram 94% dos colaboradores. Também os parceiros têm uma visão positiva da instituição, sendo que 100% dos parceiros inquiridos consideram Bom o serviço que a SCM Amarante presta à comunidade.

Os Rendimentos, gastos e investimentos do ano em apreço apresentam os valores seguintes:

Rendimentos – 6.931.045,83€ Gastos – 6.149.928,75€ Investimentos – 3.149.408,80€

O técnico oficial de contas teve durante o ano o acompanhamento do Revisor Oficial de contas Kreston & Associados – SROC Lda. representada pelo revisor Dr. Pedro Morais dos Santos.

Terminamos, afirmando que a Santa Casa da Misericórdia de Amarante tem capacidade para cumprir com os compromissos assumidos, apresentando um rácio de liquidez geral de 6,89 e de autonomia financeira de 96,4% e propomos:

- Que seja aprovado o relatório e contas do ano de 2023;
- Que o resultado líquido de 781.117,08€ seja transferido para conta de Resultados Transitados;
- Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores pelo seu desempenho desenvolvido ao longo do ano.

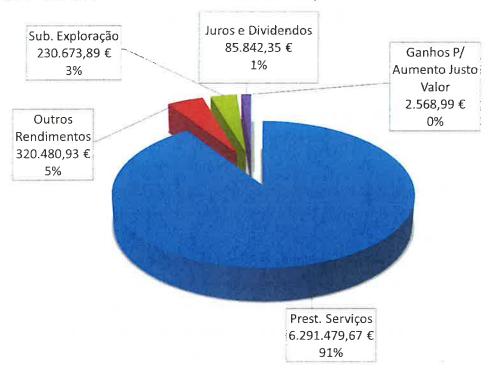
A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Amarante, 26 de fevereiro de 2024.

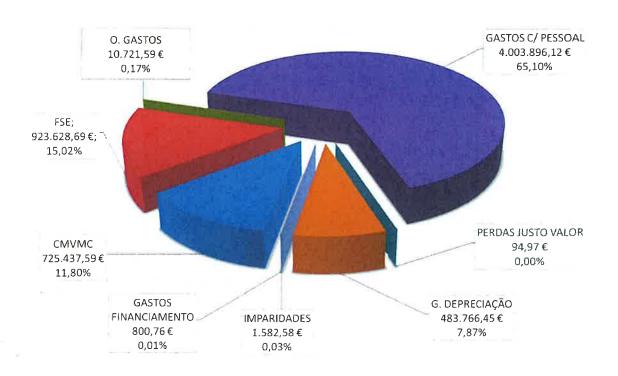
Seepole get of months



RECEITAS 2023 - 6.931.045,83€



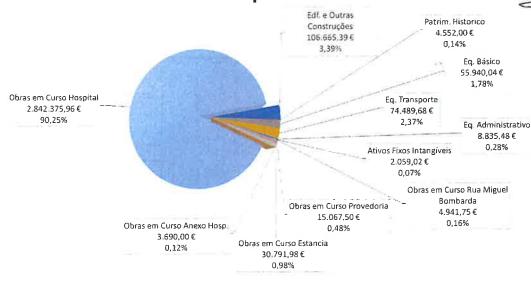
DESPESAS 2023 - 6.149.928,75 €



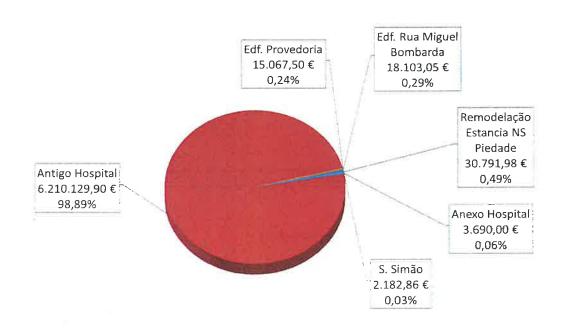


Reception a lida Apresontação de Centas do Exerçõio de 202 Sunta Cara da Missurcord a de Au arante

INVESTIMENTOS | 2023 - 3.149.408.80€



INVESTIMENTOS EM CURSO 2023 - 6.279.965.29€





3.5. Anexo ao Balanço e Dem. Resultados

EXERCÍCIO DE 2023

01-01-2023 a 31-12-2023

1. Identificação da entidade

1.1. Denominação da entidade.

A entidade tem como denominação social Santa Casa da Misericórdia de Amarante e é identificada com o NIPC 500843082.

1.2. Lugar da sede social.

A sede da instituição localiza-se na Rua Dr. Miguel Pinto Martins, n.º 134 - 4600-090, União de Freguesias de Amarante e concelho de Amarante.

1.3. Natureza da atividade.

A Santa Casa da Misericórdia de Amarante é uma instituição sem fins lucrativos que tem como atividades principais o apoio social para idosos com alojamento e a exploração de estabelecimento de Cuidados Continuados Integrados.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1. As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo I do referido Decreto, refere-se que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:
 - Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
 - Código de Contas (CC) Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
 - NCRF-ESNL Aviso n.º 8259/2015;
 - Normas Interpretativas (NI).
- 2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Todas as contas do balanço são comparáveis com o período anterior. Na demonstração de resultados foram ajustados os saldos de 2022 apresentados como comparativos das contas de «Vendas e Serviços prestados» e «Subsídios, doações e legados à Exploração»



para permitir a comparabilidade entre rubricas, em virtude da aplicação da orientação emitida pela Comissão de Normalização Contabilística em 24/11/2023 (pergunta 39) que estabelece que as verbas provenientes dos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo devem ser classificadas como prestação de serviços se a comparticipação estiver dependente da variação da frequência dos utentes (acordos típicos).

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- 3.1. Principais políticas contabilísticas:
- a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e os seguintes princípios:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação; e
- Informação comparável.
- b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por Terrenos, Edifícios, Viaturas, Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural, Equipamentos Básicos e outros bens dos quais se espera que permitam a prossecução da atividade presente e futura e/ou a realização de rendimentos para a entidade. Estes são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do ativo fixo tangível obtidos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade dos doadores.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Os custos incorridos relacionados com manutenções, reparações, seguros e impostos sobre ativos são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações



relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas aos AFT.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer amortização acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Investimentos financeiros

Os investimentos detidos pela instituição encontram-se mensurados pelo seu justo valor. Tais investimentos incluem as contribuições de caráter obrigatório para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário da Segurança Social (FRSS) e para o Fundo de Compensação do Trabalho, e a sua detenção tem caráter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procedese ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor realizável líquido é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no custo médio ponderado.

Imparidade de ativos

A entidade realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".



Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade, ou ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. No caso concreto, não existem situações em que a prestação de serviços transita de um período para outro, não havendo, por isso mesmo, lugar à aplicação da percentagem de acabamento para efeitos de reconhecimento do rédito.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro.

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2024. Nestas condições, não têm lugar os riscos referidos em epígrafe, sendo que os



riscos identificados na fase de preparação das contas de 2023 já nelas foram incorporados.

Face ao prolongamento dos conflitos militares na Europa e Médio Oriente haverá que reconhecer uma perspetiva de incerteza, quer ao nível dos preços, quer da oferta de bens e serviços essenciais para o normal desempenho da atividade, e consequentemente, o seu efeito nas contas da Entidade. Contudo, acreditamos que não se venham a verificar quaisquer impactos relevantes na avaliação da continuidade da nossa entidade.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Decorrente do esclarecimento da CNCE publicado em 24/11/2023 relativamente à contabilização das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação foi feito um ajustamento na contabilização destas verbas passando a ser contabilizadas como prestação de serviços em detrimento de subsídios à exploração.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos no período corrente e/ou em períodos futuros.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Foram efetuadas correções a anos anteriores com reporte à conta "563 – Correções erros exercícios anteriores" com impacto nas contas da classe «4338 – Depreciações Acumuladas», «593 – Subsídios», e contas da classe «27 – Outras contas a Receber e a pagar». Os ajustamentos tiveram origem na correção de depreciações acumuladas de anos anteriores (2011 e 2015) de bens imóveis e ascenderam a 16.432,11€. Um destes bens tinha um subsídio ao investimento que também foi ajustado, dando origem a uma correção no montante de 16.432,11€. Outra correção deveu-se a uma contabilização de apoios do iefp cuja aprovação foi revogada em 2022 sem que tenha sido dado conhecimento à Instituição. Existiu também uma correção relativa a anos anteriores relacionada com o pagamento de retroativos salariais relativos a 2022, no montante de 31.776,93€.

4. Ativos fixos tangíveis

- 4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:
- a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.



No caso de ativos obtidos por doação e/ou dação em cumprimento, o valor que lhes foi atribuído assenta no respetivo valor de mercado à data da concretização da transferência da propriedade para a entidade.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos	Bens do domínio público	Bens do património histórico, artístico e cultural	património Outros ativos fixos tangíveis e cultural Fouin de Fouin Outros At					
fixos tangíveis	991	Bens móveis	Terrenos	Edifícios	Equip. Básico	Equip, de Transporte	Equip. Administ	Outros At Fixos Tang
Vidas úteis				7-50 anos	1-20 anos	4 anos	1 - 10 anos	
Taxas de depreciação				2-14,28%	5-100%	25,00%	10 - 100%	
Métodos de depreciação				Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	

- d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e
- e) Quantia e natureza dos bens de património histórico, artístico e cultural.

Quantias es	crituradas e m	ovimentos do periodo em tangíveis	Bens do património histórico, artistico e		Outros	ativos fixos tanç	gíveis		Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
			cultural	Terrenos	Edificios	Equip, Básico	Equip De Transporte	Equip. Administ.		
	Quantias brutas	escrituradas	108,102,40	2.370.603,78	16,238.639,26	1 274 558,53	246,414,50	570.084,67	1.046.734,01	21.855.137,15
Em 01012022	Depreciações ao	umuladas			(4.441.877,28)	(1.135.265,73)	(230.015,41)	(527.897,83)		(6,335,056,25)
Em 01012022	Perdas por impa	ridade acumuladas								
	Quantias I[quidas	escrituradas	108.102,40	2.370.603,78	11.796.761,98	139.292,80	16,399,09	42 186,84	1.046.734,01	15.520.080,90
	A diçõ es	Aquisições	10.733,00		33,576,58	31,588,99		14.200,58	2,370,349,43	2.460.448,58
	Transferências	De ativos tangíveis em curso		20.005,11					(20.005,11)	
Movimentos do periodo 2022	Manisterencias	Outras				3,293,58				3_293,58
parioto zozz	Diminuições	Abates							(13.980,23)	(13.980,23)
	Depreciações	A umentos de depreciações			(381.010,59)	(40.747,69)	(10.032,44)	(13.647,73)		(445.438,45)
	Quantias brutas	escrituradas	118.835,40	2.390.608,89	16.272.215,84	1.309.441,10	246.414,50	584.285,25	3.383.098,10	24.304.899,08
Em 3112 2022	Depreciações ad	umuladas			(4.822.887,87)	(1.176.013,42)	(240.047,85)	(541.545,56)		(6.780.494,70)
(01012023)	Perdas por impa	ridade acumuladas								
	Quantias Ifquidas	s escrituradas	118.835,40	2 390 608,89	11.449.327,97	133,427,68	6,366,65	42.739,69	3.383.098,10	17.524.404,38
	Adições	A quisições	4,552,00		29.840,52	42,420,39	74,489,68	8 835,48	2,973,692,06	3.133.830,13
	Trans/erências	De alivos tangíveis em curso	1		76.824,87				(76.824,87)	
Movimentos do período 2023	Transferencias	Outras	1			13,519,65		_()		13.519,65
periodo 2020		A umentos de depreciações	1		(386.714,97)	(48.217,70)	(24.989,08)	(17.141,09)		(477.062,84)
	Depreciações	Correcções Lançamentos Ant			(16.432,11)					(16.432,11)
	Quantias brutas	escrituradas	123.387,40	2 390 608,89	16.378.881,23	1.365.381.14	320.904,18	593.120,73	6.279.965,29	27.452.248,86
Em 3112.2023	Depreciações ad	umuladas			(5.226.034,95)	(1.224.231,12)	(265.036,93)	(558.686,65)		(7.273.989,65)
Em 31/2/2023	Perdas por impa	ridade acumuladas								
	Quantias Ilquidas	escrituradas	123,387,40	2.390.608,89	11.152.846,28	141-150,02	55.867,25	34.434,08	6.279.965,29	20 178 259,21



- 4.2. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:
- a) A data de eficácia da revalorização;
- b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;
- c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos; e
- d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

Ativos fix	Ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas		Bens do patrimó nio histó rico , artístico e cultural	Outros ativos fixos tang/veis	Ativos fixos tanglveis em curso	Totais
		996	944	Terrenos e Rec. Naturais	2072	
Datas de efic	ácia das revalorizações			2008; Final Anos 90		
Métodos aplic	cados na estimativa do justo valor dos itens			Valor Mercado Prop. Rústicas		
	Quantias escrituradas das classes revalorizadas			77_433,88		77.433,88
31,12,2022	Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as classes revalo rizadas tivessem continuado a ser mensuradas pelo modelo de custo			30,493,34		30,493,34
	Excedente de revalorização			46.940,54		46,940,54
	Quantias escrituradas das classes revalorizadas			77.433,88		77.433,88
31,12,2023	Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as classes revalorizadas tivessem continuado a ser mensuradas pelo modelo de custo			30 493,34		30.493,34
	Excedente de revalorização			46.940,54		46,940,54

No ano de 2023 não existiram movimentos associados a bens revalorizados, pelo que o valor que transitou do período anterior se mantém.

5. Ativos intangíveis

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;
- b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações e as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.



Métodos de a	mortização, vidas úteis e taxas de	Bens do domínio público	Outros ativos intangiveis						
amortizaçã	o usadas nos ativos intangíveis	YP*	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	ш	Outros ativos intangíveis	
Indefinidas	Razões e fatores justificativos								
	Vidas úteis				3 anos				
	Taxas de amortização				33,33%				
Finitas	Métodos de amortização				Linha reta			-	
	Periodo de amortização restante				1 anos				

				(valores expres	sos em euros)
			Outros ativo	s intangíveis	
Quantias escritu	radas e movimento com vida	s do período em ativos intangíveis útil finita	Programas de	e computador	Totais
			Outros		
	Quanti	as brutas escrituradas	35.116,90	35,116,90	35.116,90
Em 01.01.2022	Arnor	tizações acumuladas	(35.005,44)	(35.005,44)	(35.005,44)
Em 01.01.2022	Perdas po	or imparidade acumuladas		0,00	0,00
	Quantia	as líquidas escrituradas	111,46	111,46	111,46
Movimentos do	Adições	Aquisições em 1.ª mão	18.051,81	18.051,81	18.051,81
período 2022	Amortizações	Aumentos de amortizações	(6.128,73)	(6.128,73)	(6.128,73)
	Quanti	as brutas escrituradas	53.168,71	53.168,71	53.168,71
Em 31.12.2022	Amor	tizações acumuladas	(41.134,17)	(41.134,17)	(41.134,17)
(01.01.2023)	Perdas p	or imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00
	Quantia	as líquidas escrituradas	12.034,54	12.034,54	12.034,54
Movimentos do	Adições	Aquisições em 1.ª mão	2.059,02	2.059,02	2.059,02
periodo 2023	Amortizações	Aumentos de amortizações	(6.703,61)	(6.703,61)	6.703,61
	Quanti	as brutas escrituradas	55.227,73	55.227,73	55.227,73
Em 31.12.2023	Amor	tizações acumuladas	(47.837,78)	(47.837,78)	(47.837,78)
UII 31, 12,2023	Perdas p	or imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00
	Quantia	as líquidas escrituradas	7.389,95	7.389,95	7.389,95

6. Locações

6.1. Para locações financeiras e operacionais, os locatários devem divulgar uma descrição geral dos acordos de locação significativos.

A SCM Amarante não figura em contratos de locação enquanto entidade locatária.

6.2. Descrição geral dos acordos de locação significativos enquanto entidade locadora.

Enquanto entidade locadora a SCM Amarante é outorgante em contratos de arrendamento de bens imóveis com duração variável entre 1 e 20 anos. Em nenhum contrato de arrendamento está prevista a transferência dos riscos e vantagens inerentes à posse dos bens para os locatários/arrendatários. Os ativos sobre os quais recaem estes



contratos estão apresentados no ativo da instituição e são constituídos por Terrenos e Edifícios. Os rendimentos provenientes destes contratos são reconhecidos numa base linear durante o prazo estabelecido nos contratos e atualizados conforme contrato ou legislação geral. Os custos com os ativos, que incluem depreciações, são registados no período em que ocorrem. As depreciações destes ativos são calculadas de forma consistente com a generalidade dos ativos da Instituição. No exercício de 2023 o rendimento reconhecido resultante destes contratos ascendeu a 190.744,66€, a título de rendas.

7. Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas cor	ntabilisticas ac	lotadas na mensuração e fórmulas de custeio	Mercadorias	Matérias- primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos trabalhos em curso
	Fins	Custo histórico					
	industriais o u	Valor realizável líquido	1				
Critérios de mensuração	co merciais	Justo valor menos os custos de vender	1				
	Fins sociais	Custo histórico	1	✓			
	Fins socials	Custo corrente	1				
		Preço de compra	1	✓			
	Custos de	Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais]	✓			
compra (aquisição)	compra (aquisição)	Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribulveis à aquisição		✓			
Overtee inconsider and		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semeihantes		✓			
Custos incorridos para colocar os inventários no		Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
seu local e na sua	Custos de	Mão de obra direta	1				
condição atuais	conversão (produção)	Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
		Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
		Gastos gerais que não sejam industriais	1				
	Outros custos	Custos de conceção de produtos para clientes específicos	1				
	003.00	Custos de empréstimos obtidos	1				
Técnicas de mensuração	Custos padrão	regularmente revistos	1				
do custo	Outras		1	✓			
Cármulas da aviatais 3	Identificação es	pecífica do custo dos inventários vendidos ou consumidos	1				
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Fórmula da prin	neira entrada, primeira saída (FIFO)	1				
Saluas de al liazelli	Custeio médio	po nderado	1	/			

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.



								(valores	expressos	em euros)
			M ercado r	M ercadorias e matérias de consumo Inventários de prod		produção				
Quanti	Quantias escrituradas de inventários		M ercado ria s	Matérias- primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Subtotais	Totais
	Inventários arma	zenados na entidade		93.474,63	93.474,63					93.474,63
i	Inventário s que Em trânsito		1							
3112 2022	se encontram fora da entidade	Em poder de terceiros		7	•					,
3112 2022	Adiantamentos p	or conta de compras amente fixado	•							
Ì	Perdas por impai	ridade	1							
		Totais		93.474,63	93.474,63					93.474,63
	Inventário s arma	zenados na entidade		97.080,37	97.080,37					97.080,37
İ	Inventário s que	Em trânsito	1							
	se encontram	Em poder de terceiros	1							
3112.2023	fora da entidade*]							
	Adiantamentos p com preço previa	or conta de compras amente fixado								
[Perdas por impai	ridade								
		Totais		97.080,37	97.080,37					97.080,37

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses, por via da sua integração na prestação dos serviços efetuada pela entidade. A quantia escriturada de inventários mantém um valor elevado face a períodos anteriores, nomeadamente antes da pandemia Covid-19, consequência da flutuação de preços de alguns produtos de proteção individual pela elevada procura que se verificou. Estes equipamentos, indispensáveis na segurança de utentes e colaboradores foram utilizados em maior número, o que provocou um aumento nas quantidades armazenadas na instituição e consequentemente um aumento no valor escriturado de inventários.

7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.



						2023			2022	
		econhecidas como gastos dura relação às mercadorias e às m de consumo			Mercadorias	M atérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	M atérias- primas, subsidiárias e de consumo	Totais
"	Inven	tários no começo do período	Т	+		93.474,63	93.474,63		66.084,22	66.084,2
e das		Compras	7+	ı		752.738,16	752.738,16		664.606,00	664.606,0
as	ras	Devoluções de compras	٦.	l		(9.025,65)	(9.025,65)		(12.867,66)	(12.867,66
Demonstração do custo das mercadorias vendidas matérias consumidas	Compras	Descontos e abatimentos em compras	-			(1.149,53)	(1.149,53)		(826,68)	(826,68
s jas]=	+		742.562,98	742.562,98		650.911,66	650.911,6
adol	es	Reclassificações	+/-	ı		(13.519,65)	(13.519,65)	1	(2.759,07)	(2.759,07
nerc nsur	jaçō:	Perdas em sinistros	٦.	ı						
as n	regularizações	Perdas por quebras	-	ı						
custo das mercadorik natérias consumidas	regr	Outras perdas] -	l						
mat	S G	Ofertas e amostras	٦.	l						
o de	Reclassificações	Ganhos em sinistros	1	l						
raça Taça	sific	Ganhos por sobras	7+	l						
onst	clas	Outros ganhos] +	l						
) em	8		=	+		(13.519,65)	(13.519,65)		(2.759,07)	(2.759,07
"	Inven	tários no fim do período	1			(97.080,37)	(97.080,37)		(93.474,63)	(93.474,63
Custo consu		rcadorias vendidas e das matérias		=		725.437,59	725.437,59		620.762,18	620.762,1
Perda	s em inv	rentários		+						
Oferta	is e amo	ostras de inventários		+						
Perda	s por im	paridade		+						
		Totais	1	=		725.437,59	725.437,59		620.762,18	620,762,18

O valor relativo a "Reclassificações" de inventários engloba a transferência para AFT do valor de aquisição de diverso equipamento de Hotelaria, roupas brancas e material de Fisioterapia adquirido para vários anos, que, pela sua natureza e montante (17.078,61€), cumpre os requisitos para ser classificado como AFT. Em sentido inverso foi transferido de AFT o montante de 3.558,96€ de material de hotelaria que devido ao seu reduzido valor individual e elevada rotatividade se classificou como material de consumo.

8. Rendimentos e Gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito no período em que a prestação de tais serviços é realizada.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.



(valores expressos em euros)

		T F	Periodo 2023			Periodo 2022	
	Quantias dos réditos reconhecidas no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao lotal dos réditos reconhecidos no periodo	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens							(100,00%)
	Mensalidades de Utentes	1,759,791,94	25,39%	7,97%	1,629,841,78	25,39%	8,57%
	Mensalidades de Descendentes e Familiares	96,173,85	1,39%	(13,11%)	110,679,31	1,72%	4,25%
	Centro Distrital da Seguança Social Porto	1.777,365,43	25,64%	10,22%	1,612,611,25	25,12%	7,55%
	Acordo 200900023202 - Lar Conselheiro	775,872,24	11,19%	10,39%	702,837,81	10,95%	10,20%
	Acordo 200900017428 - Estancia NS Piedade	755,159,59	10,90%	10,44%	683,754,96	10,65%	4,99%
	Acordo 201100031783 - Estancia NS Piedade 2	108,664,22	1,57%	9,90%	98.873,57	1,54%	8,89%
	Acordo 201500049683 - Serviço de Apoio Domiciliário	99,281,38	1,43%	9,53%	90.644,91	1,41%	8,84%
	Contrato Programa Emergência Alimentar - Cantinas SOCIAIS	38,388,00	0,55%	5,17%	36,500,00	0,57%	0,70%
Prestação de	Quotizações de Irmãos / Associados	2.864,00	0,04%	(37,81%)	4,605,00	0,07%	51,28%
serviços	Serviços Secundários	120.304,12	1,74%	16,49%	103.276,44	1,61%	21,86%
	Protocolo Psiquiatria - Centro Hospitalar Tamega e Sousa	356,787,50	5,15%	1,61%	351,135,00	5,47%	4,18%
	UCCI Acordo Gestão Particular - Centro Hospitalar Tamega e Sousa	577.123,26	8,33%	5,86%	545,179,56	8,49%	8,48%
	UCCI - Acordo N.M.L.,13.09,0029	1.403.201,20	20,25%	(0,64%)	1,412.305,50	22,00%	17,31%
	ARS Norte	659,872,00	9,52%	(1,37%)	669.008,00	10,42%	14,07%
	ISS, IP	404,303,64	5,83%	(0,23%)	405,246,11	6,31%	43,63%
	Mensalidades de Utentes	339,025,56	4,89%	0,29%	338.051,39	5,27%	0,82%
	Consultas Externas e Fisioterapia	197,868,37	2,85%	56,25%	126,639,66	1,97%	55,13%
		6.291.479,67	90,77%	6,70%	5,896,273,50	91,86%	10,84%
	Programa POAPMC-01-74F7-FEAC-000002	40.236,08	0,58%	10,45%	36.428,80	0,57%	(29,33%)
	FEAC	9.035,53	0,13%	(33,43%)	13,572,65		(44,23%)
	Contribuição Publica Nacional	1.594,51	0,02%	(33,43%)	2.395,17	0,04%	(44,23%)
Subsidios,	ISS, IP - Programa Apoio Complementar POAPMC	29.606,04	0,43%	44,70%	20,460,98	0,32%	(10,71%)
doações e	ISS, IP Medidas Extraordinárias			(100,00%)	143,59	0,00%	(98,19%)
legados à	Outras Entidades Publicas			(100,00%)	6.832,00	0,11%	199,45%
exploração	IEP	42.738,67	0,62%	(53,38%)	91,672,09	1,43%	(10,69%)
	Heranças e Legados de Utentes	122.743,03	1,77%	282,69%	32,073,95	0,50%	(29,85%)
	Doações de Outras Entidades	24,956,11	0,36%	0,75%	24,769,91	0,39%	(23,97%)
		230,673,89	3,33%	20,19%	191.920,34	2,99%	(20,92%)
Aumentos Justo	Valor	2,568,99	0,04%	1803,94%	134,93	0,00%	(92,29%)
Outros Rendimer	ntos e Ganhos	320.480,93	4,62%	(0,15%)	320,954,11	5,00%	28,15%
Dividendos		329,88	0,00%	(5,49%)	349,04	0,01%	47,85%
Juros		85,512,47	1,23%	812,87%	9.367,38	0,15%	(0,72%)
	Totais	6.931,045,83	100%	7,98%	6,418,999,30	100,00%	10,21%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

A entidade e um terceiro configuram como ré num processo judicial em que se peticiona o pagamento de uma importância cerca de 71.000,00€ a título indemnizatório reclamado por terceiros. Atenta a fase em que o processo se encontra não se afigura provável que essa condenação venha a ser determinada pelo respetivo tribunal em relação à SCM Amarante.

Existe ainda outro processo em que a instituição está constituída como assistente, cujo impacto poderá apenas recair sobre o pagamento das custas judiciais em caso de absolvição do réu.



9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

Correm alguns Processos judiciais no âmbito dos quais a entidade reclama a posse, em compropriedade, de vários imóveis. Tais Processos já se encontram em fase adiantada, sendo bastante provável que a entidade venha a obter vencimento.

Foi feita uma avaliação dos ativos envolvidos no conjunto dos Processos Judiciais em causa, não sendo, no entanto, possível avaliar qual o valor que poderá resultar destes processos devido às contingências dos imóveis.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

		(valores express	os em euros)
			2023	2022
			Balanço	Balanço
	subsidios	da quantia escriturada dos das entidades publicas nos Fundos Patrimoniais	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecida s nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)
		Saldo Inicio Periodo	3.177.443,15	3.152.880,18
veis	Adições	Por Acordo Efetuado com Entidade Subsidiária		117.896,58
bolsá				117.896,58
Não reembolsáveis		Por Imputação a Rendimentos	97.725,68	91.475,68
Não	Reduções	Ajustamento Periodos Anteriores	2.904,48	1.857,93
			100.630,16	93.333,61
	Variaç	ão Liquida do periodo	(100.630,16)	24.562,97
		Totais	3.076.812,99	3.177.443,15

10.2. Principais doadores/fontes de fundos.

Durante o ano de 2023 destacam-se os legados deixados por utentes da instituição após a sua morte e que não são reclamados pelos seus familiares. Neste domínio, o valor respetivo ascendeu a 122.692,33€. Destacamos ainda um donativo recebido no valor de 20.000,00€ efetuado pelo antigo capelão da Instituição.

11. Instrumentos financeiros

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.



	Ва	ases de mensuração			
Principais bases de mensuração dos instrumentos financeiros	Custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade	Justo valor através de resultados	Justo valor através de capitais próprio		
Clientes e outras contas a receber ou pagar, bem como empréstimos bancários de maturidade e plano de amortização definido	х				
Contas a receber ou a pagar em moeda estrangeira com maturidade e plano de amortização definido					
nvestimentos em obrigações não convertiveis					
nstrumentos de divida perpétua ou o brigações convertíveis					
Um instrumento de divida que seja imediatamente exigivel se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de divida]				
Empréstimos a subsidiárias ou associadas com maturidade e plano de amortização definido					
instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma Hável	×				
Investimentos em instrumentos de capital pró prio com cotações divulgadas publicamente					
Ativos financeiros ou passivos financeiros classificados como datidos para negociação		×			
Derivados (contrato ou direito a adquirir numa deta futura) sobre instrumentos de capital próprio cujo justo velor não possa ser mensurado fiavelmente					
Instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas					
instrumentos de cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito di um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura ou de investimento líquido numa operação estrangeira	0		N.		

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado).

(valores expressos em euros)

				31,12.2023			31.12.2022	
Ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor		Bases de determinaçã o do justo valor	Cotação de mercado	Quantia escriturada	Bases de determinaçã o do justo valor	Cotação de mercado	Quantia escriturada	
		The Navigator Company	Valor de mercado oficialmente publicado	3,55	2.838,40	Valor de mercado oficialmente publicado	3,45	2.763,20
Ativos financeiros		Pharol, SGPS, S.A.	Valor de mercado oficialmente publicado	0,04	65,20	Valor de mercado oficialmente publicado	0,05	90,69
		NOS SGPS	Valor de mercado oficialmente publicado	3,20	780,80	Valor de mercado oficialmente publicado	3,78	923,30
			6,79	3.684,40		7,29	3.777,19	
Descius financias		3(6)						
Passivos financeiros	Passivos financeiros			0,00	0,00		0,00	0,00

b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor encontram-se escriturados na conta 14211- "Ações", ascendendo a 3.648,40€ e respeitam a Ações cotadas na Euronext Lisbon (mercado regulamentado). A SCM Amarante detém também 30.865,80895 Unidades de Participação resultantes da conversão do Fundo de Compensação do Trabalho cuja valorização ascende a 35.520,37€.



As alterações no justo valor desses ativos são refletidas diretamente na Demonstração dos Resultados, e no ano de 2023, a alteração no justo valor dos títulos detidos pela entidade resultou numa perda de 92,79€ relativo aos instrumentos financeiros e 2.566,81€ relativo aos investimentos financeiros.

- 11.3. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor; e
- 11.4. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano, relativas a créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços. As dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual pode ser superior a um ano têm origem em créditos resultantes diretamente da prestação dos serviços da entidade e em créditos relativos a valores que a entidade adianta a terceiros para aquisição de bens e serviços essenciais conexos à prestação de serviços que são da responsabilidade dos utentes, mas que por razões alheias à SCM Amarante estes não podem cumprir. Foram registadas neste exercício imparidades no montante de 1.582,58€ correspondente a dívidas cujos titulares já faleceram e não se perspetiva que os descendentes liquidem a dívida, sendo que as imparidades acumuladas contabilizadas ascendem a 11.046,62€. Não obstante esta perspetiva, serão levadas a cabo mais ações para a tentativa de cobrança destes valores.

No que respeita a valores adiantados pela instituição para pagar despesas por conta dos utentes, o valor no final deste exercício ascende a 2.280,44€.

- 11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:
- Outras dívidas.

As dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual pode vir a ser superior a um ano dizem respeito a adiantamentos recebidos sobre prestações de serviços e valores retidos a título de garantia pela boa execução de obras de edificação. As dívidas relacionadas com adiantamentos de utentes ascendem a 97.919,86€ e referem-se a bens imóveis entregues por alguns utentes por conta de serviços a prestar no futuro, sendo que, em todos os casos, tais serviços já começaram a ser prestados ou entregas em dinheiro e vale mensal de reforma ou prestações sociais. Em relação aos valores retidos a título de caução, prevê-se a libertação faseada deste montante num prazo que pode ascender a 3 anos, conforme decorre dos diplomas legais específicos.

12. Benefícios dos empregados

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

O número dos colaboradores evoluiu de acordo com o verificado no seguinte quadro:



	Períod	o 2023	Períod	0 2022
Colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	20	20	20	20
Empregados	243	237	234	239
Cooperantes	41	43	43	45
Voluntários	50	50	50	50

Honorários respeitantes ao Fiscal Único.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas relativos a 2023 ascenderam ao montante de 6.250,00 € (mais IVA).

13. Acontecimentos após a data do balanço

13.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Código Contributivo, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Também se informa que não existem quaisquer dívidas para com os trabalhadores em situação de mora.

15. Outras divulgações

Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

15.1. Fluxos de Caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a curto prazo e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

15.2. Comentário da Mesa Administrativa sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. Porém, no que se refere aos valores constantes em depósitos a prazo, a sua pronta mobilização implica a perda dos juros vencidos desde a data do último vencimento até à data dessa mobilização, e a ser dada ordem de resgate dos instrumentos financeiros detidos para



negociação, estes poderão apresentar um valor diferente pelo qual se encontram registados no balanço da entidade.

A SCM Amarante tem ainda à sua guarda valores dos utentes destinados a pagar as despesas correntes dos utentes com entidades externas cujos serviços estão relacionados com a prestação do serviço (nomeadamente despesas com medicamentos, produtos de higiene e outros bens essenciais, transportes ao exterior e outros serviços). Estes valores encontram-se depositados em conta própria para o efeito e destinam-se exclusivamente a satisfazer aquelas necessidades, sendo que os montantes são entregues aos respetivos titulares sempre que solicitados. A 31/12/2023 o montante destes valores ascendia a 393.839,96€.

15.3. Comentário da Mesa Administrativa sobre garantias, hipotecas, ónus e outros encargos com ativos

Não existem garantias prestadas para além das divulgadas no presente anexo para quaisquer bens da entidade. Também não existem hipotecas, ónus ou encargos sobre os ativos da instituição.

15.4. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço			31.12.2023			31.12.2022			
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais		
Caixa	Numerário	3.227,35		3,227,35	1.034,31		1.034,31		
Subtotais		3.227,35		3,227,35	1,034,31		1.034,31		
	Depósitos à ordem	916,163,09		916.163,09	1.447.573,96		1.447.573,96		
Depósitos bancários	Outros depósitos bancários	4.568.000,00		4,568,000,00	5,915,853,38		5.915.853,38		
	Subtolais	5.484.163,09		5.484.163,09	7,363,427,34		7.363,427,34		
Outros equivalentes de caixa	Instr. fin. detidos para negoc.								
	Sublotais								
Totais		5.487 390,44		5.487.390,44	7.364.461,65		7.364.461,65		

15.5. Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos.



(valores expressos em euros)

	Acréscimos e	Diferimentos	Período 2023	Período 2022
		Juros de depósitos a prazo	21.965,90	3.193,40
		Segurança Social	11.723,55	12,719,71
Acréscimos de rendimentos	Outros Rendimentos - Faturação ARS	88.268,17	58.926,08	
		Totais	121.957,62	74.839,19
		Combustíveis	26.246,38	41.012,00
		Água	1,722,82	2,078,96
Acréscimos	Comunicações	799,35	1.292,16	
		⊟etricidade	5.479,76	4.042,81
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	504.081,47	447.829,49
		Honorários	4.663,30	592,00
		Outros acréscimos de gastos	4.924,42	3.045,65

		Totais	547.917,50	499,893,07
		Seguros	5.832,11	5.766,20
		Outros gastos a reconhecer	0,00	2.468,34
	Gastos a reconhecer	Rouparia	8.067,96	10.175,85
		3100		
Diferimentos		Totais	13.900,07	18,410,39
		Apoio Financeiro IEFP	0,00	12,799,76
		Subsidios exploração - Segurança Social	45,993,75	94.342,57
	Rendimentos a reconhecer	Rendas de Imóveis	17.294,70	0,00
		Totais	63.288,45	107.142,33

15.6. Detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos".

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes		31,12.2023			31.12.2022		
públicos»	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida	
Imposto sobre o rendimento	82,30		82,30	87,09		87,09	
Retenção de impostos sobre rendimentos		(35.745,23)	(35.745,23)		(32.191,88)	(32.191,88)	
Imposto sobre o valor acrescentado	94.875,91		94.875,91	86.920,09		86.920,09	
Outros impostos]						
Contribuições para a Segurança Social]	(70.609,12)	(70.609,12)		(65.590,19)	(65.590,19)	
Tributos das autarquias locais							
Outras tributações					(744,10)	(744,10)	
Totais	94,958,21	(106.354,35)	(11.396,14)	87.007,18	(98.526,17)	(11.518,99)	



15.7. Desdobramento da rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

		(valores expres	ssos em euros,
	Fornecimentos e serviços externos	Período 2023	Período 2022
Subcontratos			
	Trabalhos especializados	112,034,92	118,491,1
	Publicidade e propaganda	588,56	36,2
	Vigilância e segurança	8.336,31	11.670,9
Serviços especializados	Honorários	382,230,44	376.870,1
583	Conservação e reparação	95,503,56	99,422,2
	Outros	23.034,19	16,132,5
	Totais	621,727,98	622.623,4
	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	120,96	
Materiais	Livros e documentação técnica	1	88,25
	Material de escritório	1	
	Artigos para oferta	3,473,83	549,2 ⁻
	Outros	3.407,61	1,807,0
	Totais	7.002,40	2,444,53
	Betricidade	50.531,95	62.191,93
Coarsia a fluidas	Combustiveis	157,866,67	295,312,35
Energia e fluidos	Âgua	43.708,13	52.722,83
	Totais	252.106,75	410.227,11
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	3.475,12	1.433,42
Desiocações, estadas e transportes	Totais	3,475,12	1:433,42
	Rendas e alugueres	2.849,77	5,102,73
	Comunicação	16.005,65	15.250,72
Serviços diversos	Seguros	9.828,55	8,422,86
	Contencioso e notariado	85,40	
	Despesas de representação	1.712,04	1.222,38
	Outros serviços	8.835,03	6.792,95
	Totais	39.316,44	36.791,64
	Totais	923.628,69	1.073.520,10



15.8. Desdobramento da rubrica "Gastos com o pessoal".

(valores expressos em euros)

Gastos com o Pessoal	Período 2023	Período 2022
Remunerações do pessoal	2.500.684,38	2.099.948,68
Indemnizações	264,73	690,41
Encargos sobre remunerações	641.933,54	536.519,56
Seguro de acidentes de trabalho	56.394,65	44.429,22
Gastos de Ação Social		
Outros gastos com o pessoal	804.618,82	686.871,0
Remunerações adicionais	784.525,26	670.897,27
Subsídio de alimentação	256.641,86	229.170,95
Subsídio de férias	240.880,36	196.437,22
Subsídio de Natal	202.532,44	167.436,30
Outras	84.470,60	77.852,80
Outros	20.093,56	15.973,77
Totais	4.003.896,12	3.368.458,91

15.9. Desdobramento das rubricas "Outros rendimentos" e "Outros gastos".

(valores expressos em euros)

	Outros rendimentos e ganhos	Período 2023	Período 2022
Rendimentos	Outros rendimentos suplementares	9.817,16	5.834,88
suplementares	Totais	9.817,16	5.834,88
Descontos de p	pronto pagamento obtidos	138,67	
	Correções relativas a períodos anteriores	1.309,52	19.420,00
	Imputação de subsídios para investimentos	97.725,68	91.475,68
Outros	Rendas de Imóveis	192.519,66	198.475,58
rendimentos	Restituição de impostos	4.899,00	4.987,31
	Outros não especificados	14.071,24	760,66
	Totais	310.525,10	315.119,23
	Totais	320.480,93	320.954,11

	Outros gastos e perdas	Período 2023	Período 2022
Immontos	Taxas	4.517,06	2.724,23
Impostos I	Totais	4.517,06	2.724,23
=	Correções relativas a períodos anteriores	2.816,91	54.838,83
	Donativos	42,95	5.025,00
Outros gastos	Quotizações	3.280,00	3.280,00
	Outros não especificados	64,67	1.209,84
	Totais	6.204,53	64.353,67
	Totais	10.721,59	67.077,90



15.10. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

			(vaiores expres	sos em euros)
DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos	737,137,20			737,137,20
Excedentes técnicos				
Reservas				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados	14.665.306,11	(51.191,04)	833.827,57	15,447,942,64
Ajustamentos em ativos financeiros				
Relacionados com o método da equivalência patrimonial				
Outros				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	46.940,54			46,940,54
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	46.940,54			46,940,54
Outros				
Outras variações nos fundos patrimoniais	8.961.610,72	(113.777,52)	39.131,78	8.886.964,98
Subsídios	3,177,443,15	(100.630,16)		3.076.812,99
Doações	5.784,167,57	(13.147,36)	39,131,78	5.810,151,99
Outras				

Amarante, 26 de fevereiro de 2024

A Mesa Administrativa



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Amarante (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 26.864.188,59 euros e um total de fundos patrimoniais de 25.900.102,44 euros, incluindo um resultado líquido de 781.117,08 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Amarante**, em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Conforme divulgado na nota 15.2 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem à sua guarda valores dos utentes, os quais são devolvidos aos seus titulares assim que por eles seja solicitado, que não se encontram refletidos nas suas contas. Deste modo, consideramos que as rúbricas de Caixa e Depósitos Bancários do ativo e Outras contas a pagar do passivo se encontram subavaliadas em cerca de 400.000 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 20 de março de 2024

KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Pedro Morais dos Santos